



CARTOGRAFIA DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DE CURITIBA

Alessandro Filla Rosaneli – Arquiteto e Urbanista, Mestre e Doutor pela FAUUSP, Pós-Doutor em Geografia pela UFPR, Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFPR, alefilla@yahoo.com



CARTOGRAFIA DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DE CURITIBA ¹

Alessandro Filla Rosaneli – Arquiteto e Urbanista, Mestre e Doutor pela FAUUSP, Pós-Doutor em Geografia pela UFPR, Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFPR, alefilla@yahoo.com

Palavras-chave: Espaços Livres; Espaço Público; Paisagem Urbana; Município de Curitiba.

RESUMO

Este trabalho expõe resultados parciais de um estudo sobre a distribuição dos espaços livres públicos no município de Curitiba. Através de mapas construídos com suporte de programa de georeferenciamento, a partir das divisões em setores censitários estabelecidos pelo IBGE, procurou-se quantificar e espacializar os espaços livres públicos em variados extratos, como forma de primeira aproximação para estudos posteriores, de ordem qualitativa. Pela cartografia produzida, evidenciam-se alguns pontos de inflexão e padrões espaciais que contribuem para um melhor entendimento da existência de espaços livres públicos no território curitibano.

CURITIBA PUBLIC OPEN SPACES CARTOGRAPHY

Key words: Open Space; Public Space; Streetscape; Curitiba

ABSTRACT

This paper presents partial results of a study on the presence of public open spaces in the city of Curitiba. Through maps built with support of georeferencing program, from the divisions established by the IBGE census, we sought to quantify and spatialize public open spaces in various extracts, such as first approach for further studies of qualitative order. The cartography produced show up a few points of inflection and spatial patterns that contribute to a better understanding of the existence of public open spaces in Curitiba territory.



INTRODUÇÃO

Os espaços livres urbanos podem ser considerados uma categoria de análise de múltiplos significados. Em sua definição mais difundida entre arquitetos e urbanistas, são aqueles espaços formados pela ausência de construção (MAGNOLI, 1982), permitindo uma grande abrangência de objetos, nos quais a presença de vegetação, por exemplo, não limita a conceituação. Para outros campos disciplinares, entretanto, existem acepções mais restritivas: para Nucci e Cavalheiro (1999), são espaços urbanos destinados a usos nos quais não deve ocorrer a circulação de veículos motorizados; quando a presença de vegetação ocupar 70% da área, este espaço livre seria considerado “área verde”. De qualquer forma, para além dessas distintas classificações, os espaços livres podem ser de propriedade privada ou pública, legalizados ou informais, projetados ou não, e formam um todo que permeia o espaço urbano sem o qual não se pode conceber a existência das cidades pós-industriais (KOSTOF, 1991). E, de acordo com Macedo *et alii* (2006, p. 13), “formam um sistema, apresentando, sobretudo, relações de conectividade e complementaridade”. Dessa forma, podem ser considerados como o “elemento estruturador da paisagem urbana” (MACEDO *et alii*, 2009).

O espaço público também se estabelece como outra categoria de múltiplas compreensões, já que tem sido vasculhado por diversas disciplinas e, complementarmente, absorvendo certos “efeitos de desorientação” de expressões conceituais paralelas (GURZA LAVALLE, 2005). Por exemplo, Innerarity (2010, p. 7 – 26), dentro do campo da filosofia política, defende que este conceito constitui um “campo semântico especialmente instável” que tem passado por uma distinta redefinição; por ser uma “esfera de deliberação em que se articula o comum e onde são tratadas as diferenças”, um “âmbito no qual se organiza a experiência social”, sofre perturbações diretas em razão das mudanças advindas do desencanto pela política. Assim, “o espaço público já não é o processo em que as opiniões se formam, mas o lugar onde elas simplesmente se tornam públicas”, perdendo sua eficácia original para articular o convívio e a comunicação, asseverando que nos transformamos em passíveis espectadores. De fato, a discussão sobre o espaço público requer a aproximação com a noção de cidadania, como também relembram Borja e Muxi (2000) e Gomes (2001, p. 129 - 191). Para o último autor, no entanto, a reflexão geográfica pode interpor uma contribuição complementar: “[...] no próprio conceito de cidadão existe uma matriz territorial, isto é, a ideia de cidadania possui em sua base um componente espacial”; assim, pode incorporar duas dimensões: seria um



lugar no sentido “material” e “imaterial” (GOMES, 2001). Contudo, como alerta Ghirardo (2002), uma série de práticas exclusivistas, baseadas em raça, sexo ou classe, tem limitado as possibilidades de abertura e acessibilidade que a conceituação original otimistamente celebra.

Portanto, em uma acepção mais abrangente, o espaço público também pode ser entendido não somente pelo seu suporte físico (sistema de objetos), mas também pela propriedade de oferecer o local para as atividades individuais e coletivas propiciadas pela vida em sociedade (sistema de ações). Por esta interpretação, “chama-se de espaço público, portanto, não apenas aquele de propriedade pública [...], mas todos os lugares de apropriação pública, onde se realizam ações da esfera pública” (MACEDO *et alii*, 2006, p. 12). Todavia, com a finalidade de demarcar a responsabilidade do Poder Público dos bens que integram a União, também deve ser notado que existe um entendimento mais estrito do termo, quer seja, o definido pelo Código Civil (nos artigos 98 a 103), que distingue as noções de “inalienabilidade”, “imprescindibilidade” e “impenhorabilidade” para o espaço público, que se divide em três categorias: i) bens de uso comum; ii) bens de uso especial; iii) bens dominicais (BRASIL, 2002). De qualquer forma, em conjunto, formam um sistema de espaços bastante dinâmico, complexo e diversificado.

Por outro lado, uma compreensão mais “arquitetônica” do espaço público, na qual se destacam os aspectos funcionais e estéticos, tem sido celebrada em certas partes do mundo; exemplarmente, o “prêmio europeu do espaço público urbano” (CCCB, 2010), já na sua 12ª edição bianual em 2014, configura-se num dos maiores divulgadores desse entendimento. Neste trabalho, adota-se o termo “espaço livre público” como uma forma de melhor precisar esses dois conceitos, que separados não permitem uma clara identificação dos espaços que são tratados neste trabalho: as ruas, as praças e os parques urbanos. No caso curitibano, outros tipos – jardinetes, bosques, etc. - foram agrupados nestes três termos, com a única finalidade de padronizar a condução do trabalho de mapeamento.

Diante desse cenário, o presente texto expõe os caminhos metodológicos e os resultados parciais de uma pesquisa ainda em andamento. Tem como inspiração o trabalho realizado para Nova Iorque (NY4P, 2009), por uma organização não governamental. Neste estudo, elaborado para subsidiar decisões acerca da provisão de parques urbanos para a maior metrópole estadunidense, fica evidente o entendimento do espaço público como um “sistema”, que pode ser avaliado e quantificado, para que as ações do Poder Público sejam mais racionalizadas e



conhecidas pela comunidade. Nesse sentido, os mapas expostos neste trabalho procuram evidenciar essa realidade para o município de Curitiba e funcionar como uma possível ferramenta de auxílio para a tomada de decisões que afetam esse sistema de espaços livres. Para tanto, após uma sucinta explanação metodológica, os mapas serão descritos e analisados em diversas sequências.

METODOLOGIA EMPREGADA PARA A ELABORAÇÃO DOS MAPAS

A construção dos mapas foi executada com o auxílio do Programa de informação geográfica ArcView, versão 9. O material base para a confecção dos mapas foi obtida nos órgãos competentes: i) a lista oficial atualizada dos espaços livres públicos (praças e parques) do município de Curitiba foi obtida junto Secretaria do Meio Ambiente (SEMA); ii) a versão em extensão DWG do mapa municipal (2010), no qual se obteve a conformação do sistema viário foi recebido do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC); e iii) o mapa com a divisão em áreas censitárias de Curitiba adveio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), também para o ano de 2010.

Assim, após a configuração do mapa municipal, para que as ruas pudessem ser contabilizadas conjuntamente com os outros tipos de espaços públicos, no próprio programa ArcView foram realizados os procedimentos para que as áreas totais dos espaços livres públicos e as áreas totais de cada setor censitário pudessem ser extraídas. Em virtude de pequenos erros na base cartográfica, iniciou-se uma conferência final dos resultados obtidos, pela observação pormenorizada de cada um dos 2.394 setores censitários, no mapa disponibilizado pelo Google Earth, em plataforma virtual. Nessa verificação, corrigiu-se em torno de 11% dos valores atribuídos para os setores censitários. Dessa forma, obteve-se uma porcentagem final para cada área de estudo que reflete a quantidade de espaços livres públicos existentes. A partir de então, foram confeccionados mapas que permitiram quantificar e espacializar a existência dos espaços livres públicos para o município de Curitiba.

A ESPACIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS EM CURITIBA

O primeiro mapa produzido considerou uma divisão das porcentagens encontradas para cada setor censitário em 10 intervalos idênticos (FIGURA 01), de 0 a 100%. Nesta imagem, apesar da quantidade dispersa de informação, já se pode evidenciar que a porção periférica do extremo sul, norte e oeste apresentam os menores índices – pois são áreas em que a urbanização ainda não se completou totalmente, por



diversas razões - e que algumas áreas isoladas se destacam pela presença maciça de espaços públicos – em geral, os parques urbanos. Por outro lado, a borda leste, mais conectada com os municípios vizinhos, apresenta maiores índices que o restante da área periférica do município.

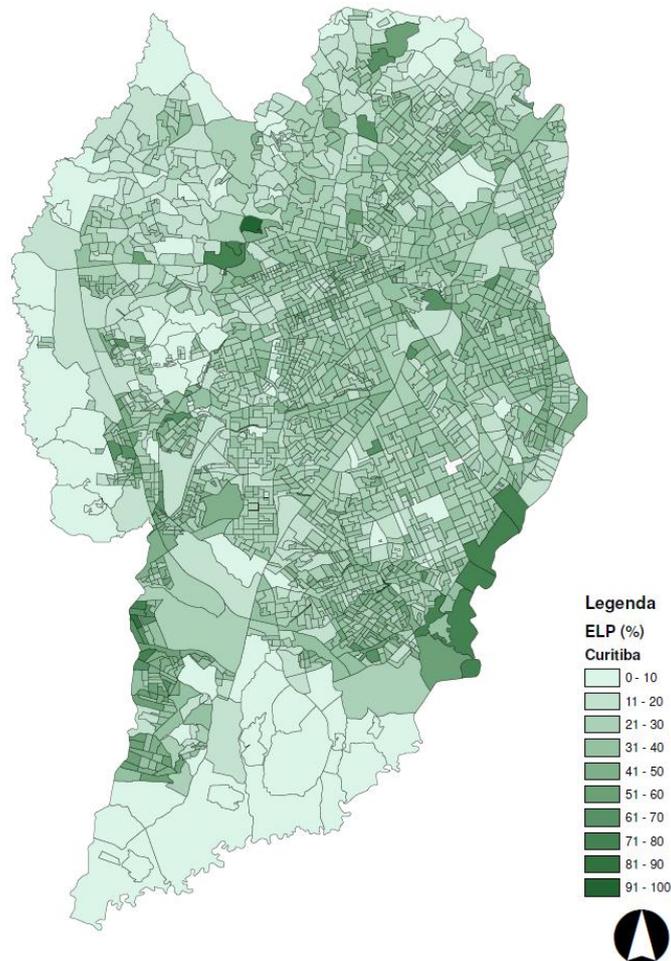


FIGURA 01: Mapa dos espaços livres públicos de Curitiba em 10 intervalos idênticos. Fonte: Base cartográfica (IPPUC, 2010), lista dos espaços livres públicos (SEMA, 2010) e divisão em setores censitários (IBGE, 2010) do município de Curitiba.

Para uma leitura mais facilitada, o mapa anterior foi transformado, respeitando a mesma sequência de intervalos, mas segmentando-os um a um (FIGURA 02). Com base nestes mapas, as constatações anteriores ficam mais nítidas – sobretudo, apontando que grande parte da periferia apresenta os menores índices; evidencia-se, também, que a maior quantidade das áreas censitárias apresenta um índice de espaços livres públicos entre 21 a 30% de sua área total. Acima do quarto mapa, constata-se uma queda significativa da presença de espaços livres públicos no município como um todo.

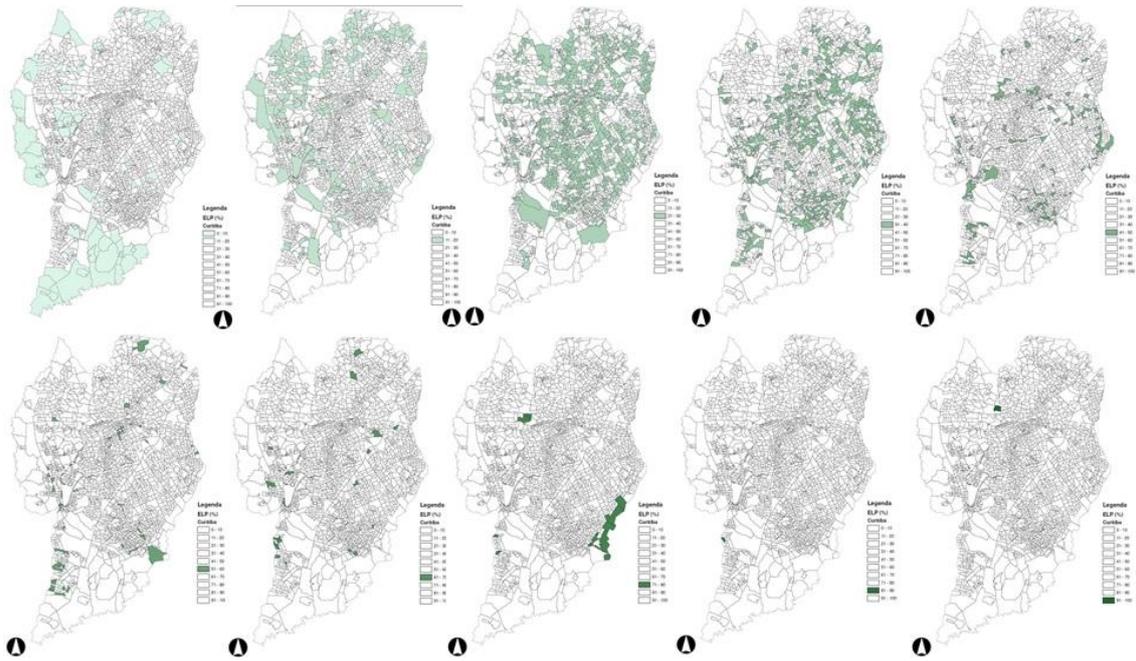


FIGURA 02: Sequência de mapas dos espaços livres públicos de Curitiba em 10 intervalos idênticos de forma segmentada. Fonte: Base cartográfica (IPPUC, 2010), lista dos espaços livres públicos (SEMA, 2010) e divisão em setores censitários (IBGE, 2010) do município de Curitiba.

Outro modo de observar esses dados é através da segmentação oferecida pelo próprio programa (0 a 18%; 19 a 28%; 29 a 37%; 38 a 52%; 53 a 99%), com base na relevância quantitativa dos índices encontrados (FIGURA 03). Novamente, as constatações anteriores se evidenciam, mas o quarto mapa indica que o índice de 37% é um ponto de inflexão dentro da malha urbana de Curitiba, marco que expressa o limite superior da presença generalizada de espaços livres públicos. Por fim, a existência de espaços livres públicos dissipada de forma regular nos intervalos medianos indica uma distribuição equitativa por todo o município, não se verificando nenhum vetor espacial específico com maior concentração.

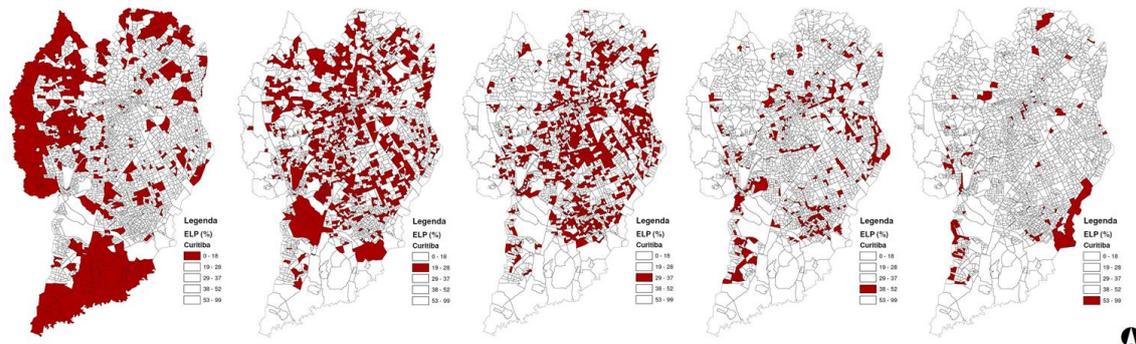


FIGURA 03: Sequência de mapas dos espaços livres públicos de Curitiba em intervalos calculados por relevância quantitativa. Fonte: Base cartográfica (IPPUC, 2010), lista dos espaços livres públicos (SEMA, 2010) e divisão em setores censitários (IBGE, 2010) do município de Curitiba.



Uma última constatação advém do cálculo da porcentagem média de espaços livres públicos encontrada nos setores censitários. Tendo o índice de 29% como o ponto médio de inflexão, a FIGURA 04 corrobora o cenário anteriormente apontado; entretanto, evidencia ainda mais que grandes extensões da periferia norte, sul e oeste possuem menores quantidades de espaços livres públicos em seus domínios. Por outro lado, indica alguns bolsões, espalhados por todo o município, nos quais a presença de espaços livres públicos é relativamente maior que a média.

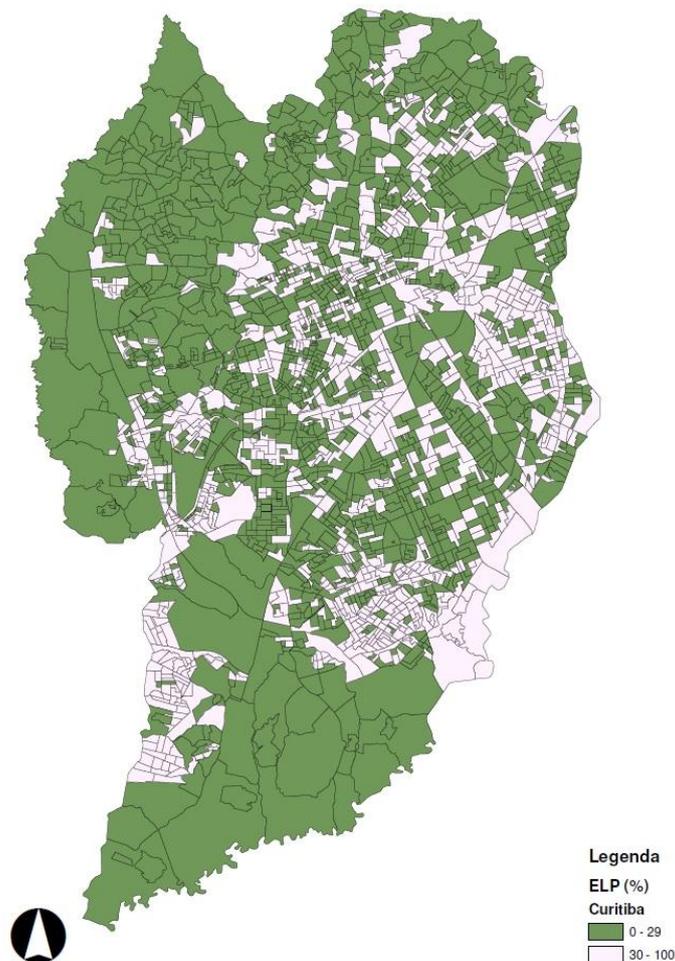


FIGURA 04: Mapa dos espaços livres públicos de Curitiba em intervalos acima e baixo da média. Fonte: Base cartográfica (IPPUC, 2010), lista dos espaços livres públicos (SEMA, 2010) e divisão em setores censitários (IBGE, 2010) do município de Curitiba.

A leitura preliminar advinda desta cartografia permite afirmar que a metodologia empregada possui limitações, sobretudo por sua base artificial de divisão da paisagem e do espaço urbano. Talvez, para maior precisão, poder-se-ia retirar dos mapas as áreas em processo de consolidação da ocupação, para que se tenha uma leitura mais apurada e contrastante das áreas que possuam menores porcentagens de espaços



livres públicos. Contudo, os mapas produzidos evidenciam claramente a distribuição dos espaços livres públicos pelo município, tendo potencial para complementar outras leituras realizadas para a cidade, mormente sobre a existência de cobertura vegetal, que adquirem, por vezes, uma dimensão exagerada, alimentando uma disputa ilógica entre várias aglomerações urbanas pelo mundo, expostas pela mídia e também pela academia.

CONCLUSÃO

Este trabalho expõe, parcialmente, os caminhos metodológicos e os achados de uma pesquisa em andamento que procura compreender a existência quantitativa do espaço livre público no município de Curitiba. Nesse estudo, percebe-se que o sistema de espaços livres públicos constituído por décadas de esforço coletivo, nos mais variados tipos, contribuem para que certas porções do território apresentem índices maiores que outros, com evidente carência para os mais recentemente estruturados. De modo específico, as ruas são o tipo de espaço livre público mais expressivo quantitativamente; por vezes, o único em várias áreas censitárias, corroborando para a leitura da importância deste espaço livre público para a vida cotidiana dos seus frequentadores, como apontado em diversos estudos (MOUDON, 1991; JACOBS, 1995; ROSANELI, 2012; 2013; SOULIER, 2012; BAIN, GRAY e RODGERS, 2013 e MEHTA, 2014).

As limitações deste estudo se dão pela sua essência quantitativa, que não capta a vivacidade que o espaço livre público pode emitir; ao mesmo tempo, a divisão adotada, respeitando a divisão elaborada pelo IBGE, pode não corresponder à percepção das pessoas de seu entorno, tornando-se muito artificial. Contudo, como se constitui em uma divisão que incorpora outros dados, advindo dos recenseamentos oficiais, permite comparações precisas, possuindo alto potencial para auxiliar a tomada de decisões por parte dos agentes públicos, assim como das próprias comunidades que residem nessas áreas. Não se pretende, assim, defender um único caminho, mas apontar para uma leitura possível da paisagem e espaço urbano.

Os próximos passos desse levantamento terão como objetivo construir mapas temáticos que cruzem essas informações oficiais, produzindo maiores conhecimentos sobre a relação entre a existência de espaços livres públicos e o adensamento urbano, por exemplo. Outra perspectiva poderia ser construída pelo contraste com os mapas produzidos por órgãos oficiais que demonstram a cobertura vegetal nos bairros municipais, uma vez que tais mapas demonstram a totalidade de áreas vegetadas – as



conhecidas “áreas verdes” - que podem ser mal interpretadas como espaços públicos. Ao mesmo tempo, esse levantamento quantitativo pode guiar levantamentos de campo, de base qualitativa, para melhor compreender a inter-relação entre pessoas-ambiente, tornando tais dados mais ligados ao cotidiano dos cidadãos. De qualquer forma, diante das manifestações que tem ocorrido nas ruas das cidades brasileiras, o espaço livre público readquire sua função primordial para a vida política nas cidades, sem diminuir sua importância de usufruto cotidiano. Nesse sentido, estudos de viés quantitativo permitem melhor compreender as conquistas e os reverses da sociedade espacializados nas cidades brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAIN, L., GRAY, B., RODGERS, D. *Living Streets: Strategies for Crafting Public Space*. Nova Iorque: Wiley, 2013.

BORJA, J.; MUXÍ, Z. *El espacio público, ciudad y ciudadanía*. Barcelona, 2000.

BRASIL. Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 que institui o Código Civil Brasileiro. Brasília, Câmara dos Deputados, 2002.

CENTRE DE CULTURA CONTEMPORÂNEA DE BARCELONA (CCCB). *In favour of Public Space: ten years of the european prize for urban public space*. Barcelona: CCCB: ACTAR, 2010.

GHIRARDO, D. *Arquitetura contemporânea: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GOMES, P. C. C. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GURZA LAVALLE A. As dimensões constitutivas do espaço público - Uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. In: *Espaço & Debates*, v.25, n. 46, jan/jul, 2005, p. 33 -44.

JACOBS, A. *Great Streets*. Cambridge: MIT Press, 1995.

KOSTOF, S. *The City Shaped – Urban Patterns and Meanings Through History*. New York, Bulfinch Press, 1991.

INNERARITY, D. *O novo espaço público*. Lisboa: Texto Editores, 2010.

MEHTA, V. *The Street: A Quintessential Social Public Space*. Nova Iorque: Routledge, 2014.

MACEDO, S. S.; QUEIROGA, E. F.; ROBBA, F.; BENFATTI, D. M.; SANTOS JÚNIOR, W. R.; DEGREAS, H. N.; ZUNIGA, H. E.; LAFFER, L.; LEITE, O. T. *Os Sistemas de Espaços Livres e a Constituição da Esfera Pública Contemporânea no Brasil*. 2006. Projeto Temático, processo



FAPESP 06/56623-2. FAUUSP/Laboratório da Paisagem/QUAPÁ, PUC-Campinas e Universidade São Marcos, São Paulo, 2006.

_____.; QUEIROGA, E. F.; CAMPOS, A. C. M. A.; COSSIA, D.; GONÇALVES, F. M.; ROBBA, F.; GALANDER, F. H. D.; DA SILVA, J. M. P.; PRETO, M. H.; AKAMINI, R.; CUSTÓDIO, V. Considerações preliminares sobre o sistema de espaços livres e a constituição da esfera pública no Brasil. In: TÂNGARI, V. R., ANDRADE, R. e SCHLEE, M. B. (orgs.) Sistemas de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-graduação em Arquitetura, 2009.

MAGNOLI, M. E. M. Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. Tese de Livre-Docência, São Paulo, FAUUSP, 1982.

MOUDON, A. V. (ed.). Public Streets for Public Use. New York: Columbia University, 1987.

NUCCI, J. C.; CAVALHEIRO, F. Cobertura vegetal em áreas urbanas: conceito e método. In: GEOUSP, n. 6, 1999, p. 29 – 36.

NEW YORK FOR PARKS (NY4P). The open space index. Nova Iorque: NY4P, 2009.

ROSANELI, A. F. A rua e o desenvolvimento da esfera pública: reflexão sobre os usos e apropriações nas ruas dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba. In: Anais do XV ENANPUR - desenvolvimento, planejamento e governança, 2013, Recife, PE, 2013.

_____. Conflicts, Disagreements and Generosity on Brazilian Streets. In: Anais do 49º IFLA World Congress, Cape Town, South Africa, 2012.

SOULIER, N. Reconquérir les rues: exemples à travers le monde et pistes d'action pour des villes ou l'on aimerait habiter. Paris: Ulmer, 2012.

¹ Trabalho construído com o apoio financeiro do CNPq, através do Edital MCT/CNPq 014/2010, e da Fundação Araucária, pelo Edital 14 - 1/2009. Contou com a contribuição inestimada de diversos discentes em nível de Iniciação Científica do "Observatório do Espaço Público": Caroline Sampaio de Oliveira, Anna Luiza Valente Klaine, Luisa da Costa de Moraes, Vanessa F. Tavares Pereira, Anderson Cristian Dias de Oliveira, Cristina Nakamura Araújo, Renata Oliveira Kuzma, Ana Laura Manassés Valaski, Isabela Mendes Jayme, Marina Barancelli dos Santos e Beatriz Pianaro Caron; destacadamente: Marcia Maira Melo Machado e Maria Clara Iura Schafaschek e Roberto Carlos dos Santos, mestrando no PPG em Geografia da UFPR.